



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

Pederneiras, 11 de agosto de 2025.

## JULGAMENTO DE RECURSO

**Processo Administrativo nº 4960/2025**

**Pregão Eletrônico nº 78/2025**

**Objeto:** Registro de preço para aquisição de medicamentos

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa **DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA.**, contra a decisão proferida, em 18/07/2025, que habilitou a empresa **OCTO FARMACO LTDA**, segunda colocada, para o item 30, e a não suspensão do certame no dia 16/07/2025, devido à instabilidade de alguns minutos no sistema Comprasnet.

Em síntese, a recorrente alega que, foi impedida de participar da etapa de lances, do Item 30 – Sais para Reidratação Oral, devido a falha técnica no sistema, reconhecida oficialmente. Enquanto isso, outras empresas conseguiram ofertar lances, alterando significativamente os preços. A DIMEVA tentou resolver a situação via chat com o pregoeiro, mas foi orientada a apresentar recurso.

A empresa sustenta que houve violação aos princípios da isonomia, competitividade, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa, conforme previsto na Constituição Federal, na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 10.024/2019. Argumenta que a disputa deve ser reaberta ou anulada para restabelecer a justiça do processo.

Pedidos principais:

1. Recebimento do recurso com efeito suspensivo;
2. Reabertura da etapa de lances do Item 30;
3. Anulação dos atos a partir da etapa de disputa, caso não seja reaberta;
4. Produção de prova técnica (logs e registros);
5. Intimação das demais licitantes para contrarrazões;
6. Provimento do recurso e correção da irregularidade para restaurar a isonomia do certame.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

Não foram apresentadas contrarrazões.

Em atenção ao recurso interposto, passo à sua análise com as devidas observações preliminares, à luz da Lei nº 14.133/2021:

No que se refere ao Item 30, constata-se que a licitante recorrente obteve a 21ª colocação, ficando posicionada muito abaixo da empresa declarada vencedora, cuja habilitação foi regularmente confirmada.

Ainda que a recorrente tenha mencionado a ocorrência de instabilidade no sistema eletrônico, admite-se que tal situação perdurou por breves minutos, conforme registros. Contudo, não restou demonstrado qualquer prejuízo concreto decorrente do alegado evento. Em especial, a recorrente não apresentou prova idônea ou elementos objetivos que evidenciem que, não fosse a suposta instabilidade, sua proposta final seria a mais vantajosa para a Administração Pública, a ponto de modificar o resultado do certame, assim, não logrou demonstrar, de forma objetiva e documental, prejuízo efetivo decorrente da referida instabilidade.

Nos termos do art. 165, §1º, da Lei nº 14.133/2021, os recursos administrativos devem ser fundamentados, com a exposição clara dos fatos e dos fundamentos jurídicos, cabe ao recorrente o ônus da prova quanto à existência de irregularidades capazes de comprometer a legalidade ou a lisura do procedimento. Nesse contexto, a ausência de comprovação efetiva de prejuízo e de demonstração de vantagem da proposta da recorrente inviabiliza a reforma da decisão recorrida, uma vez que não se vislumbra ilegalidade ou afronta ao princípio da isonomia, tampouco ao da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, previsto no art. 5º, inciso IV da referida norma.

No presente caso, a empresa não apresentou evidências concretas que demonstrem que, não fosse a instabilidade relatada, teria formulado proposta mais vantajosa, que a colocaria em posição de destaque apta à adjudicação do objeto.

Dessa forma, inexistente comprovação de dano ou vício que justifique a reforma da decisão proferida pela Comissão de Licitação, razão pela qual o argumento recursal carece de amparo fático e jurídico suficiente para seu acolhimento.

Mantém-se, assim, a decisão, visando garantir a legalidade, a transparência e a eficiência do processo licitatório, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e as



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

jurisprudências aplicáveis, assegurando que a contratação atenda plenamente aos interesses da administração pública e aos princípios que regem as licitações.

Eram essas, Senhora Prefeita, as informações que competiam ser dadas a Vossa Excelência sobre o caso, para sua posterior decisão.

Atenciosamente,

---

Priscila dos Reis Mazeto

Pregoeira